

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) TOMÁS AIZA JOCENE

A DESESTRUTURAÇÃO DO ESTADO E OS RISCOS E AMEAÇAS ASSOCIADOS:
A Paz nada duradoura pós-Acordo de Roma e o surgimento de novo conflito armado em
Moçambique

Rio de Janeiro

2015

CC (FN) TOMÁS AIZA JOCENE

CEMOS - 2015

A DESESTRUTURAÇÃO DO ESTADO E OS RISCOS E AMEAÇAS ASSOCIADOS:
A Paz nada duradoura pós-Acordo de Roma e o surgimento de novo conflito armado em
Moçambique

Monografia apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão
do Curso de Estado-Maior para Oficiais
Superiores.

Orientador: CF **Neyder** Camillo de Barros

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2015

AGRADECIMENTO

A todos que tornaram possível a concretização desta Monografia, expresso aqui os meus sinceros agradecimentos:

À Deus todo-poderoso, por me ter facultado participar nesse magnífico Curso de Estado-Maior de Oficiais Superiores no Brasil e, sobretudo, pela sua proteção.

À minha família, por ter acreditado e suportado a minha ausência por longo período.

Ao Comando da Marinha de Guerra de Moçambique, por ter confiado a minha pessoa a participar nesse Curso.

À Direção da Escola de Guerra Naval, que soube de forma sábia, interagir com as Marinhas amigas para conseguirem se integrar e ambientar facilmente.

Meus encarregados do Curso, Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) Luiz Fernando Ferreira Signorelli e Capitão-de-Fragata Otacílio Bandeira Peçanha, por me terem enquadrado e acompanhado de maneira excelente durante a minha permanência no Curso e em particular no Brasil.

O meu sincero reconhecimento dirijo igualmente ao meu Orientador (Tutor), Senhor Capitão-de-Fragata Neyder Camillo de Barros, pelo apoio moral, orientação intelectual e profunda paciência na condução do processo da elaboração a partir da Matriz até o esboço final

Ao Professor Geraldo, pela ajuda prestada durante a preparação da presente monografia, no que tange ao alinhamento linguístico, a todos docentes e colegas do curso, por me terem acolhido de maneira excelente durante a minha estadia no Brasil.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho fosse uma realidade, o meu MUITO OBRIGADO!

RESUMO

Trata-se de um trabalho de pesquisa sobre o último acontecimento da situação política em Moçambique, iniciada em 1977, após a conquista da Independência Nacional, Moçambique viveu uma crise de guerra civil. Em 1992, é assinado Acordo Geral de Paz em Roma, pondo fim a crise que destruiu varias infra-estruturas econômicas e sociais durante 16 anos. Com a participação da Organização das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) em face dessa situação, seguiu-se uma serie de programas de reintegração social dos ex: beligerantes das ambas as forças que este processo teve grande êxito pela parte da ONUMOZ. Seguido este processo, Moçambique, teve um grande sonho de reconstrução Nacional, a sociedade civil empenhada na aceleração das suas conquistas no período da paz pós guerra. O sonho não foi para além de 20 anos, em algumas ocasiões, existiram sempre incertezas devidos a não aceitação dos resultados das eleições que se seguiram após-Acordo de Paz a 4 de outubro de 1992. Estamos a citar as eleições gerais de 1994, 1999, 2004 e 2009. As formações políticas, ou seja, os partidos políticos que participaram nessas contendadas viu-se obrigada a não aceitar os resultados das eleições, alegando fraudes eleitorais, desde a preparação das eleições, isto é, recenseamento eleitoral até envio dos processos nas províncias, distritos, localidades e postos administrativos. Sendo assim, com base nessas desconfianças de fraude eleitoral, exclusão na tomada de decisões políticas e social, em abril de 2013 a oposição volta a empunhar-se em arma, tornando assim o novo conflito armado que durou aproximadamente dezoito meses. Desde já, vai a nossa pesquisa.

Palavras-chaves: Guerra civil; Acordo Geral de Paz; Eleições gerais; Novos conflitos armados.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura: 1 Localização geográfica da África.....	38
Figura: 2 Localização geográfica de Moçambique.....	38
Figura: 3 Localização geográfica da área mais afetada pelo conflito em alusão.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS

AGP – Acordo Geral de Paz

BM – Banco Mundial

CNE – Comissão Nacional de Eleições

EUA – Estados Unidos da América

FAM – Forças Armadas de Moçambique

Frelimo – Frente de Libertação de Moçambique

FICO – Frente Independente de Convergência Ocidental

GUMO – Grupo Unido de Moçambique

MANU – União Africana de Moçambique

MFA – Movimento das Forças Armadas

MFM – Movimento Federalista de Moçambique

MNR – Movimento Nacional de Resistência

MOLIMO – Movimento de Libertação de Moçambique

ONG – Organizações não governamentais

ONUMOZ – Organização das Nações Unidas em Moçambique

OUA – Organização da Unidade Africana

PGR – Procuradoria Geral da República

PRM – Polícia da República de Moçambique

Renamo – Resistência Nacional de Moçambique

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique

UNAMI – União Africana de Moçambique Independente

USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. CONTEXTO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE.....	10
2.1 O sonho de um País Independente.....	10
2.2 Os passos pós-Independência.....	16
3. ASSINATURA GERAL DE PAZ EM ROMA.....	18
3.1 O Acordo Geral de Paz foi um bom acordo?.....	18
3.1.1 Análise sobre o enfoque da Paz.....	18
3.2 As eleições gerais multipartidárias em Moçambique.....	23
4. NOVO CONFLITO ARMADO E SUA REPERCUSSÃO.....	26
4.1 Considerações sobre novos conflitos armados.....	31
5. CONCLUSÃO.....	34
REFERÊNCIAS.....	37
ANEXOS.....	38

1. INTRODUÇÃO

Na esteira de pensamento de “A África para os africanos!” proclamado pelo Congresso Pan-Africano de 1919, pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918), realizado em Paris; e no contexto pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em que várias organizações africanas na diáspora, com objetivo de “reafricanização dos espíritos” iniciam assim, paradoxalmente, discussões sobre temas como a independência, a unidade africana, o desenvolvimento e o socialismo, além de pensarem na organização da luta por esses ideais.

Foi assim que surgiram algumas manifestações políticas em Moçambique, como a greve dos estivadores em Lourenço Marques (1956 Movimento Operário e Social), o protesto de grande amplitude em 1960 em Mueda¹, ao norte de Moçambique, motivando o início da luta armada contra o colonialismo português. Alcançada a independência nacional e devido a divergências político-ideológicas, contradições internas de ordem racial e étnico-regionais, em 1977, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) passou a fazer frente ao Mozambique National Resistance, ou seja, Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), que conferiu uma dimensão internacional ao conflito. Todavia, conforme depoimento de um chefe tradicional, “a revolução afastou-nos da nossa terra, dos nossos antepassados, da nossa população, da chuva, das nossas cerimônias, de muita outra coisa, é por isso que hoje estamos a sofrer” (HERNANDEZ, 2008, p. 609).

A Renamo, sensível a esses descontentamentos, organizou-se militarmente. A guerra civil cresceu e se expandiu e apenas em 4 de outubro de 1992 foi decidido o cessar-fogo, em Roma, Itália, considerado território neutro, com a assinatura do Acordo Geral de Paz

¹ O protesto de grande amplitude em 1960 em Mueda: acontecimento marcante na província de Cabo Delgado distrito de Mueda, em 16 de Junho de 1960, centenas de camponeses da região, reuniram-se na sede do distrito, para exigirem do governador, presente no local, a melhoria das condições de vida e a possibilidade de criação de cooperativas. Depois de mais de quatro horas de reunião sem qualquer acordo, as autoridades acabaram por dispersar a multidão com recurso às armas, o que se traduziu na morte de mais de 600 pessoas. Esse ato bárbaro ficou conhecido como “massacre de Mueda” (redação própria).

(AGP), pondo assim fim à guerra civil que durou 16 anos. Mas essa Paz não foi duradoura, apenas 20 anos.

Olhando para esse cenário, qual seria certamente o problema? Seria obviamente a questão apresentada; quais foram os motivos que fizeram com que a oposição voltasse a empunhar as armas e tomar como recurso o conflito armado após 20 anos da assinatura do Acordo de Paz?

Pressupõe-se que na origem dessa guerra estão vários fatores, cabendo destacar as grandes tensões político-militares que, desde 1977 (ano pós-independência), fizeram sentir-se entre Moçambique e os países vizinhos do Zimbábue e África do Sul. Esses dois países, cujos governos, de fortes características coloniais, temiam o avanço do socialismo pela África Austral, desencadearam, desde 1976, várias operações militares em território moçambicano e apoiaram a criação do Movimento Nacional de Resistência (MNR) que integrou moçambicanos opostos ao regime recém-criado da Frelimo. Contudo, ao longo de 20 anos depois da assinatura, viveram-se momentos de tranquilidade, tendo nascido nova esperança para as populações em sonhar com novos projetos ambiciosos.

Afinal de contas, não era sonho duradouro porque, no princípio do ano de 2013 a 2014, surge o novo conflito armado que durou aproximadamente dezoito meses. Pode-se defender que o AGP assinado em Roma e o processo de transição político que a ele seguiu, apesar de terem introduzido elementos de democratização na sociedade moçambicana, foram insuficientes para garantir um progresso significativo na construção democrática do país? Será que se deveu ao não cumprimento da cláusula segundo o Acordo de Paz da Lei n.º 13/92 de 14 de outubro, a que os dois antagonistas estariam sujeitos?

Essas e aquelas questões achou-se conveniente desenvolver esse tema, por ser relevante pelo seu caráter atual. Nesse propósito, as análises do processo da transição política em Moçambique, argumentando que, apesar de o país ter conseguido criar novas instituições

no contexto da implementação do AGP, a transição política continua sendo um processo inacabado a nível dos principais atores políticos e coletivos, particularmente os principais partidos políticos, com destaque para a Frelimo e a Renamo.

Nessa ordem de ideia, este trabalho terá como objetivos, contribuir para a reflexão e para o debate sobre questões relevantes do processo da construção da sociedade moçambicana nos seus diversos aspectos, como:

- Analisar, no seio do contexto nacional, o que motivou o ressurgimento do conflito armado e qual foi o papel do Estado para a desaceleração desse flagelo; e
- Contribuir para a observância da tensão latente, consubstanciada nos sucessivos conflitos pós Paz, na crescente e aberta partidarização do Estado e na conseqüente falta de convivência democrática.

Seguidamente, no capítulo dois, procurar-se-á trazer o contexto histórico de Moçambique na sua fase colonial, para melhor entendimento do fato em análise. O capítulo três, será baseado na análise do AGP, assinado em Roma, em 1992, entre o Governo e a Renamo, o qual pôs fim a uma guerra que devastou a economia nacional e teve conseqüências trágicas para a população. Ainda no mesmo capítulo serão igualmente abordadas algumas teorias de análise sobre o enfoque da Paz. Em seguida, o capítulo quatro consistirá na apresentação de novos conflitos armados e sua repercussão e ainda, algumas considerações sobre o assunto em foco. E por fim, o capítulo cinco será composto por considerações de pontos mais relevantes do problema apresentado em todo trabalho.

Nessa ordem, inicia-se no capítulo a seguir a apresentação do contexto histórico de Moçambique na sua fase colonial, para melhor entendimento do fato em análise. Assim sendo, inicia-se este trabalho.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE

Moçambique, no período pós-efetivação colonial, foi marcado por uma enérgica política dos portugueses, visando transformar o território em colônia de povoamento², à imagem da África do Sul e da Rodésia do Sul. Portugal não tinha, de forma alguma, a intenção de um dia conceder a Independência às suas colônias e buscava integrá-las em uma complexa relação com a metrópole. Esse país colonizador expandiu o mito de uma nova missão civilizadora, apresentando-se como um Estado unitário, universal e não colonial, cabendo a Moçambique permanecer na condição de província e aos africanos, o estatuto de cidadãos portugueses.

Seguidamente procurar-se-á trazer a abordagem do contexto histórico na sua fase colonial, para melhor entendimento do fato em análise de forma exaustiva, sobre o contorno histórico da colonização portuguesa para uma era motivada na busca da Independência Nacional.

2.1 O Sonho de um País Independente

Esse sonho deveu-se à demasiada arrogância do colonizador que não primava por qualquer abertura cultural, nem tampouco pela sua tolerância em relação às outras raças, e o seu estabelecimento nas colônias traduziu-se em um agravamento do racismo e da exploração da mão de obra africana sem recompensa.

Em face dessa situação, verifica-se a movimentação política adiantada e o panorama que já havia começado a se definir desde 1960, quando três grupos políticos formados por elites urbanizadas e por trabalhadores emigrantes para países vizinhos fundaram: União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), criada no Zimbábue em 1960, a Mozambique African Union (MANU), fundada em 1961, na Tanzânia; e a União

²Colônia de povoamento: terras de ultramar escassamente povoadas de nativos, de condições ecológicas semelhantes às de África do Sul e da Rodésia do Sul, para onde se transferiram colonos europeus, que constituíram uma nova sociedade (Redação própria).

Africana de Moçambique Independente (UNAMI), 1961, no Malawi (HERNANDEZ, 2008, p. 603-604).

Os três grupos tinham suas sedes em Dar-es-Salam (Capital da Tanzânia). Na sequência foram efetuados contatos e debates que levaram à decisão de deixar de lado as diferenças político-ideológicas para unirem-se, somando forças voltadas para a consecução da independência de Moçambique. Como resultado, os três grupos fundiram-se, formando a Frelimo. Fundada em 1962, teve à frente do Comitê de fusão, como presidente, Eduardo Chivambo Mondlane e, como vice-presidente, Uria Simango, dirigente do exército. A formação desses partidos marcou a passagem do nacionalismo, dito “ortodoxo”, em direção a um movimento de libertação, nos quais a luta armada seria imprescindível (HERNANDEZ, 2008, p. 604).

Após a formação dos três grupos, restava apenas ir ao encontro dos teóricos a seguir abaixo que procuram centralizar se havia ou não a necessidade de existir guerra. Neste ponto, gostaria de destacar o debate que se situa em volta do significado existencial da guerra, porque “em síntese: Platão considera a guerra uma manifestação de inutilidade; para de Maistre ela é divina; Hegel a julga uma necessidade histórica; Nietzsche exalta-lhe a beleza; Voltaire demonstra-lhe a estupidez; e La Bruyère limita-se a admitir que ela é inevitável” (BONANATE, 2001, p. 141).

Procurando ir ao encontro das teorias de alguns autores citados, em 1964, a Frelimo, a partir das suas bases tanzanianas, iniciou a luta armada contra Portugal. No mesmo período, a Dar-es-Salam possibilitou que fosse realizado ao norte, na floresta de Moçambique, seu primeiro congresso, com a presença de 150 delegados, o que incluía todos os chefes e comissários militares das três províncias onde a guerra se processava: Cabo Delgado, Niassa e Tete. Contou ainda com delegados políticos de províncias mais longínquas, como Lourenço Marques, Gaza e Inhambane. O congresso durou seis dias, com debates de temas ligados à

luta propriamente dita, reforçando a ideia de que, depois de dois anos voltados para a preparação política, havia chegado a hora de passarem à ação militar, no último trimestre de 1964. A guerra de guerrilhas³ começou nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete, Zambézia e Moçambique, embora tivesse falhado nas três últimas. De todo modo, mesmo com as alterações promovidas pelo governo português na cultura de algodão, ainda assim os trabalhadores agrícolas, na prática, estavam presos aos antigos concessionários, o que mantinha um permanente sentimento de revolta.

Quanto à Frelimo, agrupava marxistas-leninistas que se auto-definiam como revolucionários ou como moderados, com o mesmo objetivo de luta contra Portugal por um movimento nacionalista que levasse Moçambique à independência. Essas tendências foram chamadas de “linha revolucionária” e de “linha reacionária”, variando o equilíbrio de forças entre ambas ao longo dos tempos, sem que a oposição entre elas fosse resolvida. Desse modo, quando a Frelimo teve de se responsabilizar pela administração das zonas libertadas, surgiram diferentes opiniões sobre a política econômica que deveria ser implementada e acerca do projeto de sociedade a ser construído. Os revolucionários da direção da Frelimo defendiam uma “mudança total” da sociedade, a partir da recuperação do coletivismo da guerrilha. Argumentavam que a produção de bens alimentares além do que os trabalhadores rurais necessitavam para sua sobrevivência deveria ser dividida equitativamente e caberia à Frelimo levar os bens de consumo para as zonas libertadas (HERNANDEZ, 2008, p. 605).

Enquanto isso, a Frelimo contou, dentro do próprio continente africano, com apoio da Argélia e do presidente Bem Bella que, em 1963, quando da criação da Organização da Unidade Africana (OUA), defendeu que uma das resoluções deveria ser a de elaborar um programa de apoio aos movimentos de independência de Angola, Guiné e Moçambique (HERNANDEZ, 2008, p.605).

³A guerra de guerrilha: é uma técnica de combate baseada na ocultação e na mobilidade dos combatentes. Tem como estratégia submeter o adversário, que pode até ser muito mais poderoso, a condições adversas que causem extrema dificuldades as suas ações (redação própria).

Não obstante, o primeiro curso de formação militar foi obtido em colaboração do Marrocos, de Mohamed V, nos campos Hassan II, Kebdai e Kasbatadla. Por fim, merece registro o apoio da Tunísia, de Habib Bourguiba. Esses três países pertenciam ao bloco de Casablanca, com tendências progressistas e revolucionárias, opondo-se ao Bloco de Monróvia, com tendências mais direitistas, isto é, mais próximas de modelos capitalistas, mesmo que no plano do discurso, por vezes, tenha se declarado “anticapitalista”. É assim que a Frelimo tornou-se rapidamente mestre dos distritos setentrionais.

Os portugueses responderam, reforçando o sistema dos “povoados protegidos” e recorrendo a métodos brutais: torturas, massacres, deportações e assassinatos. Foi assim que o Doutor Eduardo Chivambo Mondlane foi assassinado a 3 de fevereiro de 1969, sendo substituído pelo comandante das forças militares, Samora Machel (MAZRUI, 2011, p.320).

A Frelimo, mesmo com a violência do governo português, desenvolveu operações militares e, depois de libertar territórios, passou a implementar programas formados por atividades econômicas, de saúde e de ensino. Por outro lado, manteve um estreito contato com os movimentos de independência de Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Importa ressaltar que, em 1968, teve lugar o II Congresso da Frelimo, no qual consagra mais uma vez a liderança de Eduardo C. Mondlane, antigo professor da Universidade de Syracuse nos EUA, eleito presidente (S. Soares, 1982, p. 81).

Apesar das decisões encontradas no congresso, para o grande avanço militar, entre 1970 e 1974, a Frelimo fugiu do local onde o exército português atacava e, chegando a Manica e Sofala, atravessou o Rio Zambeze. Por essa via, Portugal passou a sofrer uma forte pressão da guerra de guerrilha e das críticas cada vez mais numerosas da opinião pública ocidental. Além disso, foi alvo de pressões internas que só terminariam com a queda do primeiro governo provisório do pós 25 de abril de 1974, presidido pelo professor Palma Carlos, e a formação de um segundo governo provisório, chefiado por um militar, o coronel

Vasco Gonçalves. Mas foi o surgimento do Movimento das Forças Armadas (MFA) o agente político que se tornou o principal pólo decisório. Deu ensejo, inclusive, para que o MFA de Moçambique enviasse, a 22 de julho de 1974, uma mensagem para a comissão Coordenadora de Movimento em Lisboa, com uma recomendação para o imediato reconhecimento da Frelimo como legítimo representante do povo moçambicano e de seu direito à Independência (HERNANDEZ, 2008, p. 607).

Seguiu-se uma reunião que teve lugar em Nampula, com a presença das comissões regionais do MFA de Cabo Delgado e de Tete. Nessa ocasião foi anunciado um prazo, até o fim do mês de julho de 1974, para que fosse apresentado um Acordo de cessar-fogo com a Frelimo, caso contrário, as tropas de Cabo Delgado e de Tete, além das que a elas quisessem se unir importariam um cessar-fogo unilateral.

O clima continuou tenso e, de 25 de abril até o Acordo de Lusaka, de 7 de setembro de 1974, o interior de Moçambique foi palco de violentas lutas, inclusive com o surgimento de vários movimentos que almejavam tirar da Frelimo ao menos o exclusivismo da representatividade política no território. Nessa conjuntura surgiu o Grupo Unido de Moçambique (GUMO), dissolvido no final de junho de 1974, por sua indubitável proximidade com governo colonial anterior. Surgiram também o Movimento Federalista de Moçambique (MFM), a Frente Independente de Convergência Ocidental (FICO), além do Movimento de Libertação de Moçambique (MOLIMO). Nos primeiros dias de junho, em Lusaka, foram iniciados encontros exploratórios, dos quais fizeram parte o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Mario Soares e Samora Machel, presidente da Frelimo. O fato de os resultados não terem sido conclusivos levou a reabertura das hostilidades na Zambézia. Pouco tempo depois, o MFA tomou a decisão, pelo lado português, de que as negociações deveriam ser realizadas, alcançando resultados em curto prazo. Todavia, enquanto os problemas de política interna passavam ao primeiro plano e o custo humano e econômico da

guerra apresentava-se demasiadamente pesado, não restava aos portugueses outra escolha senão negociar para colocar um ponto final, o mais rapidamente possível, na dominação colonial (MAZRUI, 2011, p.320).

O acordo entre o Estado português e a Frelimo viria a ser celebrado em Lusaka, em 7 de setembro de 1974. Seus objetivos foram claramente apresentados. Era um “acordo conducente à independência de Moçambique”, embora tenha sido proposta, em primeiro lugar, a transferência progressiva dos poderes do Estado português. A recusa dessa proposta pelos líderes moçambicanos foi decisiva para que se fizesse um acordo de independência completa, a qual deveria ser proclamada no dia do aniversário da fundação da Frelimo, isto é, em 25 de junho de 1975.

Ficou também oficialmente decidido o cessar-fogo, o que, aliás, já estava assegurado na prática. Quanto aos órgãos do governo transitório, foram constituídos por um alto Comissário nomeado pelo Presidente da República portuguesa, por um governo de transição nomeado pelo acordo entre a Frelimo e o Estado português, e por uma comissão militar mista também nomeada por um acordo entre representantes dos dois lados. Ao contrário do que era esperado, o Acordo de Lusaka, para transferência da soberania coincidiu com uma insurreição, dessa feita, encabeçada por forças contrárias ao “processo de descolonização”. Esse fato cumpriu o papel de tornar claro que o processo de independência era irreversível, o que levou os colonos portugueses a um grande êxodo. Daí que em 25 de junho de 1975, tornou-se realidade em Moçambique, tanto quanto poderia ser real e era assim proclamada a independência total e completa do povo moçambicano (HERNANDEZ, 2008, p.608).

Após a independência de Moçambique, seguiu-se um processo bastante conturbado, que será apresentado na sequência.

2.2 Os Passos Pós-Independência

Após a independência, os portugueses vencidos na guerra de libertação de Moçambique, deixaram o país tendo se autoexilado em diferentes países da África, Europa ou mesmo nos EUA. Além disso – as divergências político-ideológicas – pragmaticamente, a Frelimo também tinha contradições internas de ordem racial e étnico-regionais. Racial, na medida em que era acusada de aumentar o poder político e econômico dos moçambicanos negros, à custa da riqueza produzida pelos brancos. Quanto às contradições étnico-regionais, compreendiam três ordens de tensão. A primeira referia-se ao fato de a estrutura dirigente do movimento ser descrita como resultado de uma aliança entre dirigentes intelectuais do sul e a população maconde do norte. A segunda tensão manifestava-se, sobretudo, entre os povos maconde e macua. E o terceiro foco dizia respeito à parte da população do centro do país com educação católica, contrária à formação escolar adquirida nas missões protestantes pelos dirigentes da Frelimo (HERNANDEZ, 2008, p.608).

Não obstante, o governo independente de Moçambique pôs em curso um Programa de Transformação Socialista, dirigindo os investimentos para áreas sociais, como saúde e educação para todos. Mas também incluía a modernização do campo, por meio de aldeias comunais. Em 1977, a Frelimo passou a se constituir um partido com prevalência para traçar as diretrizes de um novo estado, assim como para canalizar a mobilização da sociedade. A partir daí não só foi acelerado o processo de centralização da economia, como o governo aderiu às sanções contra a Rodésia do Sul - Zimbábue (HERNANDEZ, 2008, p.609).

Em face dessas situações, o governo abre precedências. No mesmo ano de 1977, a Frelimo passou a fazer frente a Renamo, que contava com apoio da Rodésia do Sul, da África do Sul e dos EUA, o que conferiu uma dimensão internacional ao conflito.

No plano interno, a Renamo ganhou a simpatia das chefias tradicionais e de suas respectivas populações. Viu-se um conjunto de tensões e conflitos que favoreceram a criação

e o desenvolvimento da Renamo. Para a Renamo, o que havia era uma rede administrativa hierarquizada, fundada sobre a administração e a política aldeãs. Por outro lado, a aldeia comunal se autopercebia como simples consequência de uma política pública traçada pelo Estado no campo, adjetivando-a como intolerável, o que não poucas vezes levou os seus integrantes a procurar refúgio na África do Sul. A Renamo, sensível a esses descontentamentos, organizou-se militarmente. A guerra civil cresceu e se expandiu desde 1984, fazendo-se representante das rupturas sociais e políticas das sociedades rurais moçambicanas. No entanto, a Renamo sequer previa um projeto de sociedade alternativo ao do Estado liderado pela Frelimo, o que limitava o movimento a combater o partido à frente do Estado. Essa guerra, além de combater o partido à frente do Estado, após ter ganhado ímpeto em todas as vertentes, foi destruindo as infraestruturas econômicas e sociais, paralisando de certa maneira a circulação de pessoas e bens.

Assim, por meio desse flagelo em vários quadrantes, houve intervenientes internos como externos que pudessem ajudar para se chegar a um acordo de cessar-fogo. A Paz viria acontecer com assinatura segundo ilustra o capítulo a baixo onde será efetuado o prosseguimento trazendo à tona a parte desenvolvida em torno da assinatura do AGP de Roma, que se considerou de um ato marcante na história do país.

3. ASSINATURA GERAL DE PAZ EM ROMA

Roma foi palco de assinatura de Acordo Geral de Paz (AGP), entre o Governo de Moçambique e Renamo, numa escalada que vinha decorrendo há vários anos, mas sem sucesso. Após essa inesperada efeméride, parecia que era chegada a hora em que os moçambicanos pudessem sentir alívio e pensassem num futuro promissor. De acordo com as assinaturas tornadas públicas, entre os beligerantes a 4 de outubro de 1992 em Roma considerado território neutro, pondo fim à guerra civil que durou 16 anos, estavam assim criadas condições de “reconciliação nacional” no sentido de que ambas as partes seguissem aquilo que foi tornado como guia à luz dessas assinaturas e transformando-as em leis. Dessa feita, buscaremos uma pequena sinopse para uma visão sustentada sobre a paz, onde serão seguidas algumas análises teóricas sobre o enfoque em torno da paz.

3.1 O Acordo Geral de Paz foi um bom acordo?

De acordo com Brito (2014), durante muitos anos o Acordo Geral de Paz (AGP) foi considerado um bom acordo e Moçambique um caso exemplar de pacificação. Porém, esta visão otimista foi construída ignorando uma série de sinais e acontecimentos que ameaçavam a estabilidade precária vivida durante o período em causa e, de alguma maneira, prenunciavam o retorno a uma situação de violência. Com mais detalhes essa reflexão será desenvolvido ao longo do sub-capítulo abaixo.

3.1.1 Análise sobre o enfoque da paz

A preocupação com a paz recorre a vários analistas que procuram trazer estudos sobre essa matéria, se bem que a comunidade acadêmica tenha investido enormes recursos e envolvido pessoas de reconhecido talento a abordar as causas e as formas de guerra, os esforços para aprender acerca da paz e modos de lutar por ela tinham até aí sido dispersos,

desorganizados e autônomos (com precário ou inexistente enquadramento institucional) e, como tal, incapazes de constituir um campo de estudo distinto, organizado e coerente (M. Baltazar, 2006).

Nesse entendimento, os estudos sobre a paz são tidos como uma maneira de reorientar um corpo expressivo de investigadores para a análise e desmistificação desse sistema. Isso pressupõe que as disciplinas tradicionais tratavam a guerra como um fenômeno inevitável ou como um instrumento de análise útil, e os estudos para a paz procuram tratá-la como um problema humano. O principal desafio com que se confrontava a nova corrente de investigação era precisamente converter a paz no seu objeto de análise (M. Guzmán, 2004).

Tanto como, a polemologia, ciência da paz, é uma das áreas que constituem os estudos de segurança e tem como objeto o estudo dos conflitos armados com a finalidade de moderá-los, prevenir ou reduzir, isto é, tem como postulado base: as guerras constituem uma patologia social que deve ser erradicada.

Partindo da ideia de Henry Maine (1822-1888), que a guerra parece ser tão velha como o homem, enquanto a paz é uma invenção moderna, é possível acrescentar que os pensadores do Iluminismo inventaram a paz e que ao longo da história esta constitui uma permanente aspiração e que, só nos últimos dois séculos, foi considerada como objetivo possível e ou desejável pelos líderes políticos.

“A paz não é para a humanidade uma ordem natural: é artificial, delicada e extremamente instável” (Howard, 2004, p. 114).

Se a guerra está profundamente ligada à atividade humana e ao que é exclusivo do homem, a paz não pode ser tida como um objetivo simples. No entanto, e na concepção de Francisco A. Munõz (2003), uma das maiores vantagens é que a paz pode ser sentida, percebida e pensada a partir de muitos pontos, espaços e âmbitos: desde pessoas religiosas a ativista da política, passando por todo o tipo de altruístas e filantropos, voluntários de organizações não governamentais (ONG), investigadores da paz, governantes, grupos e pessoas, culturas etc., quase todos são detentores de uma «ideia de paz» baseada em diversas experiências e adquirida por diferentes vias, o que leva a afirmar que temos um enorme

potencial para a construção da paz! Importa, desde já, clarificar que embora a paz não seja apenas a não-guerra, a paz é algo mais que a ausência da guerra. É também evidente que a guerra é a negação da paz.

Johan Galtung (1996) é pioneiro nos estudos da paz e, seguramente, nas suas inúmeras publicações demonstra que a contraposição à paz não se encontra na guerra, mas sim na violência. Desse modo, qualquer definição do que se entende por paz significa/implica uma ausência ou uma diminuição de todo o tipo de violência, seja ela direta física ou verbal, estrutural ou cultural, seja dirigida contra o corpo, a mente ou o espírito de qualquer ser humano ou contra a natureza. A paz, no seu sentido mais amplo, corresponde à soma da paz direta, paz estrutural e ainda a paz cultural. Galtung (1996) identifica, assim, o designado triângulo da violência, ao qual faz corresponder o triângulo da paz, em que a distinção dos vértices é efetuada com base nas temporalidades distintas que os animam. Portanto, pressupõe que a paz seja, também, a condição para que os conflitos possam ser transformados criativamente e de forma não violenta, isto é, cria-se a paz na medida em que é possível transformar os conflitos em cooperação, de forma positiva e criadora, reconhecendo os opositores e aplicando uma metodologia de diálogo.

A violência direta óbvia e repentina tem ocupado, tradicionalmente, o centro das atenções dos estudos para a paz, e que quando erradicada corresponde a uma paz negativa, enquanto que a eliminação da violência estrutural ou cultural estática e oculta dá origem a uma paz positiva. Esse propósito corresponde à ambição de Galtung, uma vez que defende que a ausência de guerra por si só pode encobrir injustiças profundas que, caso não se tente resolver, podem dar origem a potenciais conflitos violentos.

Só a redução de todas as manifestações de violência conduz à paz, o que indicia desde logo uma perspectiva muito abrangente e de igual modo com alcance seguramente ambicioso, revelando a tamanha magnitude da morosidade que se lhe encontra inerente.

Embora a paz plena seja tida como um objetivo inalcançável⁴, toda a atuação humana deve ser orientada para esse fim.

A ausência de qualquer uma dessas dimensões analíticas é fator de violência, quer a nível pessoal, social ou internacional; para tal a paz pode ser entendida como o processo de fortalecimento de cada uma delas e que, por seu turno, reporta aos conceitos de segurança, identidade ou dignidade. A paz, no seu sentido mais amplo, defendida por Galtung (1996), põe a nu as dinâmicas globais de exploração, dando resposta à acusação de que os estudos para a paz que vivemos atualmente estão num mundo perigoso e com tendência para ficar ainda mais perigoso.

Perante tal evidência, o postulado de que para compreender o presente é preciso entender o passado assume, agora, uma verdadeira força motriz, o que significa que, no campo teórico, é de reconhecido interesse fomentar a reflexão sobre aquilo que é transmitido do passado para que sirva de base ao desenvolvimento de novos modelos analíticos do mundo em que vivemos. Esse tem sido sempre o entendimento geral, e em particular dos cientistas sociais, já que a sociologia desde a sua gênese tem como preocupação a compreensão das atividades humanas e das instituições sociais, e em que o dilema teórico, que respeita ao consenso e ao conflito social, continua a se colocar. A paz e a guerra são conceitos que se conjugam entre si, e tal como para o conflito e consenso podem ser entendidos como pré-requisitos um do outro, e os sociólogos têm-se vindo a destacar no contributo, que, ao longo dos tempos, prestam para um crescente entendimento dessas dimensões sociais, uma vez que os conflitos podem ser percebidos de maneira positiva ou negativa em função dos mecanismos de regulação utilizados (M. Baltazar, 2006).

À luz das teorias acima, percebemos que a paz foi sempre uma preocupação em diversas esferas do mundo. No caso concreto em análise, durante muitos anos, o AGP foi

⁴ Objetivo inalcançável: existência de um propósito que seja uma projeção de um futuro do que não pode ser alcançado (redação própria).

considerado um bom acordo e Moçambique, um caso exemplar de pacificação, obviamente com apoio da Organização das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ). Porém, essa visão otimista foi construída ignorando uma série de sinais e acontecimentos que ameaçavam a estabilidade precária vivida durante um pouco mais de vinte anos e, de alguma maneira, prenunciavam o retorno a uma situação de violência. A partir de então, Moçambique entrava numa nova fase, a de reconstrução e reconciliação nacional. A pacificação e a reconciliação nacional, apesar de dependerem essencialmente das posições e decisões de lideranças moçambicanas, receberam importante auxílio da comunidade internacional, que decidiram envolver-se ativamente na definição dos rumos do país no pós-guerra.

A importante participação da comunidade internacional no processo de reconciliação nacional, contudo, não se deu sem alguns problemas no médio-prazo. Dentre as consequências, Moçambique veio a tornar-se membro do Banco Mundial (BM), e desde então colabora com ele em vários projetos e reformas nas estruturas nacionais, principalmente com base em empréstimos e doações. Esse entendimento de negociação partiu de longa data na primeira tentativa de resolver o conflito armado, aconteceu em 1984 e não teve sucesso quando foi negociado o Acordo de Nkomati com o governo sul africano. Depois de várias tentativas de aproximação e mediação, particularmente intensas durante o ano de 1989, foi só no ano seguinte que se iniciaram as conversações diretas que iriam culminar com a assinatura do AGP em Roma.

A cronologia é fundamental para se compreender que as conversações e o acordo foram em grande medida determinados pelo contexto internacional e regional e que o AGP foi mais o fruto do esgotamento das duas forças e da sua incapacidade para continuar a guerra no contexto do fim da Guerra Fria (1947-1989), do que o resultado de uma vontade genuína de negociação e de criação dos mecanismos para a solução das diferenças (Brito, 2014).

O aspecto a considerar no processo de negociação do AGP diz respeito à natureza e disposições políticas dos dois protagonistas. Historicamente, a Frelimo tinha sido concebida e estabelecida como partido único e, apesar de ter promulgado uma nova Constituição em 1990, adotando o multipartidarismo, apenas o fez por pressão externa e não como resultado de uma verdadeira evolução do seu pensamento político. Aliás, as suas primeiras iniciativas no sentido de pôr termo à guerra consistiram na proclamação de anistias para os combatentes da Renamo e na tentativa de convencê-los a reintegrarem a vida normal do país e, eventualmente, o próprio partido Frelimo que, entretanto, tinha abandonado oficialmente a sua orientação “marxista-leninista”, para se tornar o “partido de todo o Povo”. Por seu lado, a Renamo desenvolveu um discurso anticomunista, mas nunca foi muito clara sobre a questão do multipartidarismo. Com efeito, a Renamo assumiu como única interlocutora do governo da Frelimo, ignorando todos os outros partidos que tinham surgido no cenário político nacional, depois da aprovação da Constituição de 1990, os quais ficaram totalmente excluídos do processo de negociação da nova ordem política (Brito, 2014).

Assim, a possibilidade de redefinir a engenharia política do poder e a organização do Estado, que era uma exigência para se avançar no processo de democratização, ficou totalmente dependente dos resultados das eleições. Em suma, embora o AGP tenha tido uma dimensão positiva essencial que foi a sua capacidade de garantir a cessação efetiva das hostilidades, a desmobilização dos combatentes e a formação de um exército composto por elementos provenientes das duas forças, ele era insuficiente para assegurar, por si só, as condições de uma real transição democrática (Brito, 2014, p. 26).

Consubstanciado com que foi abordado no capítulo anterior sobre as teorias em volta da paz, segue-se um propósito que chama atenção ao mundo moderno no que tange os critérios que alguns países usam para a realização de pleitos eleitorais tão confusas, que seguidamente é apresentado para caso de eleições em Moçambique.

3.2 As eleições multipartidárias em Moçambique

Depois de um curto período de relativa incerteza de paz, a Frelimo saiu vencedora em 1994 das primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias, tendo conseguido uma maioria absoluta no parlamento, o que lhe permitiu governar sozinha e assegurar a continuidade do poder sem reformas de fundo. Joaquim Chissano é reeleito Presidente da República, o mesmo que tinha assumido o cargo, depois da morte de Samora Machel num acidente de avião em 1986 (Brito, 2010, p. 23).

Essas eleições de 1994, disputadas num ambiente de grande desconfiança, deram lugar à primeira crise reveladora da dificuldade de convivência democrática entre os dois ex-beligerantes. A Renamo anunciou, logo no primeiro dia do voto, a sua retirada do processo eleitoral por motivo de fraude e apenas regressou devido à enorme pressão diplomática. A votação acabaria por ser prolongada por mais um dia, mas, no final, a Renamo recusou-se a reconhecer oficialmente os resultados das eleições (Brito, 2010, p. 24).

Em 1999 veio a se realizar as segundas eleições, com efeito, Joaquim Chissano venceu oficialmente a eleição presidencial por uma curta diferença de votos, numa situação em que não foi contabilizado um número de votos superior à diferença que o separava do seu adversário, o presidente da Renamo, Afonso Dhlakama, e em que pese sobre os órgãos eleitorais a desconfiança de terem “fabricado” essa vitória. Mais uma vez, os resultados das eleições foram motivo de contestação por parte da Renamo, contestação que acabaria por causar, a morte de cerca de uma centena de militantes da Renamo em Montepuez.

Contudo, a Frelimo se engajou no processo de escolha de um novo candidato presidencial, apesar de Joaquim Chissano poder ainda concorrer para um terceiro mandato. A escolha da Comissão Política acabou por recair em Armando Guebuza, o único que pertencia ainda à geração da luta de libertação. Assim, Guebuza viria a vencer as eleições de 2004 e 2009, confirmando mais uma vez que a estrutura espacial do voto se mantém basicamente

inalterada de abstinência. Para a Frelimo, a urgência de reforçar a sua presença contínua em todas as áreas do país e de controlar o aparelho do Estado pode ser entendida à luz dos resultados eleitorais de 2004 e 2009, pois, apesar da sua vitória folgada sobre a Renamo, esses resultados não foram tão brilhantes como pode parecer à primeira vista.

Com efeito, embora Guebuza e a Frelimo tenham obtido o maior número de votos, não só (de acordo com observadores nacionais e internacionais) as eleições foram caracterizadas por múltiplas situações evidentes de fraude, mas uma análise mais atenta permite verificar que, na verdade, Guebuza teve cerca de 15% de votos a menos do que Chissano tinha obtido na eleição de 1999 (Brito, 2010, p. 27).

Tendo experimentado os riscos inerentes à abertura e democratização do sistema político, a Frelimo acabou por abandonar a sua política de compromisso e optar por uma orientação semi-autoritária. Restabeleceu gradualmente o seu controlo sobre a máquina partidária e os seus membros, sobre o aparelho estatal a todos os níveis e sobre o território e a população, sendo, nesse processo, as instituições democráticas e pluralistas transformadas e reduzidas a um papel essencialmente formal. Entretanto, era notável o desgaste e a desconfiança em nível da contenda política.

Em pequeno trecho, vale dizer que, de todo relato trazido pelos analistas sobre o desenrolar da guerra, assim como o conceito da paz, importa referir ser importante que haja uma visão negocial no sentido de que cada parte entenda que a guerra seja um processo de renovação das ideias menos compartilhadas e que seja revista para se encontrar um fortalecimento de paz duradouro. Desde já, o panorama das eleições que se seguiram, pós-Acordo de Paz, mostram uma tendência de monopolizar o processo eleitoral desde as emendas constitucionais até a fase última. Segue-se minuciosamente visão sobre o conflito armado e sua repercussão.

4. NOVO CONFLITO ARMADO E SUA REPERCUSSÃO

No período após a assinatura de Paz em Roma, a sociedade moçambicana viveu uma Paz não duradoura, devido a vários motivos que ao longo da explanação disseminaremos na opinião de tantos analistas que procuraram trazer suas visões em torno dessa epopeia. Neste capítulo, vamos analisar o processo de transição político em Moçambique, no período seguido 20 anos depois da AGP, onde a paz propriamente dita era apenas um sonho.

Afinal de contas, não era sonho duradouro? Não era, porque de abril de 2013 a setembro de 2014, surge o novo conflito armado que durou aproximadamente dezoito meses. Pode-se defender que o AGP assinado em Roma e esse processo de transição político que lhe seguiu, apesar de terem introduzido elementos de democratização na sociedade moçambicana, foram insuficientes para garantir um progresso significativo na construção democrática do país? Será que se deveu ao não cumprimento da cláusula segundo o Acordo de Paz da Lei n.º 13/92, de 14 de outubro, a que os dois antagonistas estariam sujeitos? Então, quais foram os motivos que fizeram com que a oposição voltasse a empunhar as armas e tomar como recurso o conflito armado após a assinatura do AGP?”

Em análise, as leis promulgadas após o AGP, são instrumento legal que garante a execução do entendimento entre o Governo de Moçambique e a Renamo, desde o cessar-fogo no conflito que durou 16 anos, bem como o estabelecimento de uma democracia multipartidária no país.

É óbvio que esse instrumento legal constitui coluna vertebral da paz no país, desde que foi ratificado. Dentre os documentos que compõem o acordo constam sete protocolos, um comunicado conjunto de 10 de julho de 1990; o acordo de 1.º de dezembro do mesmo ano; a declaração do governo de Moçambique e da Renamo sobre os princípios orientadores da ajuda humanitária, assinada em Roma, a 16 de julho de 1992; bem como a declaração conjunta, também assinada em Roma, em agosto de 1992.

Para sua ratificação, os intervenientes acordaram a criação de comissão de supervisão e controle; a comissão de cessar-fogo; a comissão Nacional de Informação; a Comissão de Reintegração, bem como a comissão conjunta de Formação das Forças Armadas.

O AGP foi e continua a ser implementado por meio de leis específicas sobre as matérias acordadas, desde que estas não contrariarem os acordos.

Num dos protocolos⁵, as partes comprometeram-se a envidar esforço no sentido de alcançar a paz por meio do silêncio das armas e de não adoção ou aplicação de leis ou medidas que contrariem o acordo.

Na mesma ordem, o Governo e a Renamo acordaram mas, não menos importantes, discernimentos para formação e reconhecimento dos partidos políticos no país. Na verdade, essa foi uma das grandes exigências da Renamo, que defendia uma democracia multipartidária, com liberdade para difundir, sem interferência, as suas ideologias.

Assim, a alínea (e) do número 3 do protocolo II cita que nenhum cidadão pode ser perseguido ou discriminado em razão da sua filiação partidária ou das suas convicções políticas. No capítulo dos deveres, o acordo estipula não só que os partidos não devem pôr em causa a integridade territorial e a unidade nacional, assim como determina a obrigatoriedade de estas submeterem e publicar, anualmente, os balanços de contas, bem como a proveniência dos seus fundos (Lei n.º 13/92).

O mesmo instrumento aprovou algumas liberdades fundamentais, constantes hoje da Constituição da República (capítulo II), tais como a liberdade de imprensa, o acesso à informação e o direito à informação; a liberdade de associação, expressão e propaganda política; a de circulação e de domicílio, para, além de garantir o regresso dos moçambicanos refugiados devido à guerra, a sua reintegração.

⁵Todos os protocolos estão contidos na Lei n.º 13/92, de 14 de outubro, sobre o AGP.

Esse capítulo veio impor as regras fundamentais para a realização de eleições no país, determinando, igualmente, a criação da Comissão Nacional e Assembleia da República.

Ainda na mesma abordagem que antecedeu o AGP, a questão militar (desmilitarização)⁶ mereceu uma atenção especial por parte dos negociadores. Não obstante, chegou-se à conclusão de que alguns elementos da Renamo ficariam para a guarda pessoal de Afonso Dhlakama, mantendo-se armados. No ato da desmobilização, nos centros de acantonamento reservados a Renamo, a Frelimo esteve infiltrada sob a capa de “capacetes azuis” em representação da Guiné-Bissau, e os elementos da Renamo sempre que aparecessem na fila, visivelmente enfraquecidos e a entregar armas obsoletas.

Aí começava a estar claro que a Renamo não estava a proceder à entrega de armas que foi utilizando durante os 16 anos de guerra, muito menos homens que verdadeiramente colocaram de joelho os seus adversários das Forças Armadas de Moçambique (FAM), forçando a Frelimo a negociar. Ou, na pior das hipóteses, a Renamo estava apenas guardando seus melhores homens para a fase final da concentração, com medo de que o Governo pudesse fazer revolta, antes do término da desmobilização (Lélio, 2005, p. 294).

Porém, antes das eleições iniciais, Moçambique registrou incidentes com o recurso a armas de fogo. É que muitas armas estavam espalhadas por todo o lado, muitas delas utilizadas pelos chamados “bandos errantes” que tanto podiam ser oriundos das antigas FAM como da Renamo. Os “capacetes azuis” trataram de controlar a situação, com muito esforço. Por meio dos seus informantes, a Renamo foi se apercebendo de que não era chegado o momento para entregar totalmente as armas. A desconfiança esteve sempre na mó de cima no seio da Renamo. Por essas e outras razões, não se vislumbrava qualquer possibilidade de a Renamo entregar as armas que estariam sob a sua posse. Do mesmo modo, dificilmente teriam os elementos da Renamo incorporados na polícia da República de Moçambique

⁶ Desmilitarização: entendemos que, só o Estado pode ter o monopólio da força e o poder coercitivo (redação própria).

(PRM). Aliás, a questão dos elementos da Renamo na PRM, em devido momento foi questionada, entretanto, chumbada pelo Afonso Dhlakama porque não se identificava com essa corporação frelimizada. Mesmo a proposta de a segurança do líder guerrilheiro envergar uniforme policial foi de imediato reprovada pela Renamo.

Posto isso, seguiu-se de várias eleições multipartidárias, em que os resultados obtidos pela Renamo, segundo o capítulo acima, e o equilíbrio entre ela e a Frelimo, surpreenderam muitos analistas e a própria Frelimo, para quem este movimento não podia ter uma base sólida interna que pressupunha apenas um instrumento de desestabilização criado e dirigido pelos regimes da Rodésia e África do Sul.

De acordo com os números oficiais, a taxa de abstenção teria sido maior, mas, na realidade, o número de eleitores registrados foi subestimado, devido à não eliminação dos registros múltiplos e dos falecidos nos cadernos eleitorais, e a abstenção real foi ligeiramente superior a 50%, um valor que continua a ser muito alto (Brito, 2014).

Em termos político partidários, a Renamo tem se mantido como a principal força de oposição à Frelimo desde o fim da guerra civil, com quatro eleições gerais e quatro eleições autárquicas. A política moçambicana continua a ser claramente bipolarizada pelos antigos beligerantes, com a crescente hegemonia da Frelimo. Daí que surgem maiores problemas no país, como em muitos outros países da África, a questão da gestão de conflitos eleitorais decorrentes, da contagem de votos e apuração dos resultados eleitorais. Subentendem-se como ponto mais fulcral, desde 1994, as irregularidades que ocorreram durante o recenseamento eleitoral, a votação e a contagem que aconteceram na assembleia de voto.

Nas últimas eleições de 2009, o mecanismo de resolução de conflitos não ofereceu soluções para os problemas apresentados pelos partidos prejudicados, que não podiam recorrer a soluções judiciais nos casos em que os presidentes das assembleias de voto

se recusaram a registrar queixas sobre a votação e a contagem dos delegados dos partidos políticos, ou canalizar estes delegados e suas queixas aos órgãos com poder para resolver os seus problemas (Cistac et al, 2012).

Vários problemas foram ainda identificados no registro de eleitores. Estes problemas estão relacionados à falta de atualização prévia do registro, a gestão dos registros eleitorais e a publicação dos cadernos eleitorais. O recenseamento eleitoral tardio, muitas vezes interfere com as fases posteriores das eleições, dando pouco tempo para uma melhor organização do processo. Um dos problemas levantados sobre o recenseamento eleitoral é a limitação de tempo para a verificação pública dos cadernos eleitorais e a falta de transparência. Frequentemente, a Comissão Nacional de Eleições (CNE) justifica a não publicação dos cadernos eleitorais alegando que contêm “dados pessoais sobre os eleitores que não devem ser tornados públicos” (Cistac, 2012, p. 46).

Mais ainda, o problema da falta de transparência ocorre, sobretudo, porque os partidos políticos e os observadores não recebem cópias dos cadernos eleitorais antes de serem atualizados, nem o número de eleitores inscritos em cada assembleia de voto. Além disso, a questão de transparência relacionada com a gestão dos registros reside no fato de que, em alguns casos, e devido a falhas técnicas, os registros eleitorais são escritos à mão (Brito, 2009).

Essa e aquela situação, começa a ser evidente em matéria de levantamento de coerência do processo até surgindo de suspeitas entre as parte e não só, como também, de dados não computadorizados levou à desconfiança dos partidos e dos eleitores. Relembrando numa pequena advertência feita, as recomendações pelas várias missões de observação eleitoral nacional, regional e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e internacional, de criação de condições para um melhor planejamento prévio das eleições e para garantir aos interessados o acesso a todo o sistema de inscrição eleitoral. Todavia, as

decisões da Comissão Nacional de Eleições (CNE) deviam ser imediatamente tornadas públicas por meio do seu website e no meio de comunicação social. O outro ponto que se debate depara-se com a falta de uma auditoria externa, não garantindo a credibilidade e o registo correto dos eleitores.

No entanto, presume-se que a CNE não implementou essas recomendações, de acordo com o relatório da União Europeia (2013). De acordo com esse relatório, os órgãos da administração eleitoral em Moçambique não possuem canais abertos de comunicação por meio de reuniões regulares e sistemáticas com os partidos políticos, organizações da sociedade civil e da mídia. Muitas dessas questões relatadas como fundamentais para o registo de eleitores estão previstas na legislação, mas a sua implementação depende de vontade política.

Além disso, a prática atual está em contradição com as recomendações contidas no documento “Normas e Padrões para eleições na Região da SADC”, aprovado pela Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC em Windhoek, a 25 de março de 2005. O documento diz:

“Um sistema de registo de eleitores deve ser estabelecido e organizado, e o acesso à lista atualizada de eleitores deve ser dada a todas as partes envolvidas nas eleições” (Brito, 2009).

Após apresentação de várias apreciações do que é observado no contexto eleitoral moçambicano, procura-se trazer as reais considerações decorrentes sobre a crise político-militar em Moçambique entre 2013 a 2014 que é o foco dessas análises.

4.1 Considerações sobre novos conflitos armados

A crise política militar que ocorreu em Moçambique, a partir de 2013, é uma crise de cidadania. Ela não começa, contudo, com a violação dos Acordos de Roma. Ela começa com a prerrogativa que alguns reclamaram para si de serem os intérpretes da vontade do povo.

O Acordo Geral de Paz veio na boleia de um processo que se iniciou com a abertura de Moçambique ao sistema económico capitalista e ao qual a Frelimo reagiu de forma bem coerente com a sua cultura política, nomeadamente com a ideia de que só ela poderia garantir a soberania nacional e que, portanto, todo o esforço de enriquecimento dos seus membros constituiria uma resposta patriótica ao assalto capitalista (Brito, 2014).

Com isso, não se pretende legitimar a corrupção e o enriquecimento desenfreado de certas pessoas, mas está somente tentar mostrar que não é possível perceber certas coisas, se esse aspecto não for tomado a sério. Há, com certeza, pessoas no interior da Frelimo que acreditam profundamente na ideia de que o seu enriquecimento individual é um ato patriótico. Nesse contexto, tudo é válido, desde a fraude até o silêncio, por vezes cúmplice, que caracteriza a atuação dos magistrados ausentes da esfera social e pela falta de profissionalismo que marca a maneira de estar na vida pública, muitas vezes com recurso ao argumento de defesa do pão. Reformas no sistema judiciárias, ou seja, nas áreas de Procuradoria Geral da República (PGR), justiça e constitucionalidade (Brito, 2014).

Aqui intervêm outros aspectos, dentre os quais se podem destacar três que serão apresentados de forma sucinta. A democracia que Moçambique tem vindo a construir é uma democracia de espectadores. Quem evolui no palco político são tecnocratas que prometem a solução dos problemas do povo, a partir de modelos variados que não se baseiam necessariamente na construção das vontades sociais, nem na articulação dos interesses sociais. Desse modo, as eleições não apresentam necessariamente modelos alternativos de sociedade, mas, sim, e apenas, variações do tema “solução dos problemas do povo” (Brito, 2014).

A paz em Moçambique, que no fundo tem a ver com uma cultura política extremamente problemática do ponto de vista do poder do Estado sobre os indivíduos, tem de passar pela redefinição de cidadania segundo exposto. A incapacidade de fazer isso é que torna alguns agressivos na esfera pública e predispostos a procurarem saídas possíveis de

sobrevivência. Esse conflito armado provocou perdas diretas em pouco tempo, em apenas três meses, segundo estudo da Associação de Comércio e Indústria de Sofala, da agência norte-americana USAID e da consultora Ema Batey, que preparou o estudo, o Custo do Conflito no Turismo para aquelas instituições, indicam que, entre novembro de 2013 e janeiro de 2014, os confrontos tiveram uma relação direta com as perdas no setor, mais acentuadas no turismo de lazer do que no turismo de negócios.

No entanto, há uma necessidade de respeitar os acordos assinados, com vista a minimizar os conflitos armados, primando na observância do bem público e integrar uma estreita ligação entre as partes, promovendo diálogo participativo das comunidades nacionais e internacionais, com uma abertura célere e neutral, isto é, imparcialidade dos envolvidos no debate dos assuntos do país. Por conseguinte, para finalizar essa abordagem com título bastante rico, claro que não é fácil trazer acima disso, mas, pensa-se ser suficiente para uma reflexão e dever de reconciliação entre os homens, dialogando continuamente e com respeito pela vida humana. Não colocar o homem na dianteira pela causas obscuras que não sejam em benefício do Estado. Os assuntos políticos internos devem ser resolvidos por meio político-democrático e não pelo uso da força, porque se acredita que essa força só pode ser usada pelo Estado em caso de uma invasão externa para defesa da Pátria Amada e não dos políticos, reforçando assim uma paz sustentável. Assim no capítulo da conclusão, será sustentado pelos conteúdos mais relevantes do trabalho.

5. CONCLUSÃO

Moçambique, desde o fim do período colonial, a fase da guerra civil, a celebração do Acordo Geral de Paz e retorno do conflito armado em abril de 2013, tem passado por momentos de muitos desafios, o que se traduz na entrada em cena política de novos atores, no sentido de paralelamente buscar o bom senso para edificação do ponto de vista de desenvolvimento econômico e social.

Cada um dos atores tem, logicamente, interesses diferentes e não parece que qualquer um deles tenha a capacidade suficiente para se impor eliminando os restantes. Fica, pois, a alternativa da convivência dentro de regras e práticas aceitáveis por todos, o que significaria avançar no sentido da democratização do sistema político, da formulação de mecanismos adequados de representação dos interesses públicos e do respeito pelas normas instituídas, o que está em contradição total com a crise que o país vive atualmente, centrada numa confrontação armada entre o governo da Frelimo e a Renamo.

Até agora não se vislumbra haver um consenso sobre o que possa ser o verdadeiro caminho para se chegar a paz sustentável. A Frelimo parece dar prioridade à garantia da sua hegemonia pelo controlo do Estado e à exclusão dos demais; por outro lado a Renamo parece usar a questão da paz para conseguir a sua inclusão no sistema, de modo a poder entrar em disputa em tornos dos recursos; e os outros atores políticos sentem-se excluídos da cena por falta de poderes suficiente para o jogo, dada a sua origem e a forma como tem estado no espaço político e se pode conceber a paz em termos de pluralismo e convivência.

Por meio da reconciliação efetiva é, pois, um fenômeno comum na construção e fortalecimento das instituições que podem fazer avançar a democracia no país, da inclusão política, social e econômica, assim como da promoção da igualdade de oportunidades para todos. Feliz ou Infelizmente, até hoje a via seguida para resolver a situação de crise tem sido

mais uma vez empobrecida do processo de Roma, com os mesmos defeitos e fraquezas, nomeadamente a desconfiança, as intenções obscuras, em detrimento de uma abordagem mais aberta, participativa e criativa que seria hoje fundamental e necessária.

Lembrando que, entre as duas frações, a Frelimo e a Renamo tem procurado endurecer posições de diálogos representados pelas suas delegações na conferência Joaquim Chissano, mas esses encontros não têm trazido resultados esperados pelos cidadãos.

É fácil denotar que o diálogo cedeu lugar à violência, porque na medida em que vai acontecendo, a crise político - militar vai evoluindo direta ou indiretamente, embora com pequena intensidade.

Em 2004, com a ascensão de Armando Guebuza ao poder por via das eleições, foi fácil supor que a falta de interesse que seu governo demonstrou em relação ao diálogo com o líder da Renamo, bem como a forte tendência de partidarização do Estado que se acentuou no período do seu governo estejam por detrás da radicalização do discurso da Renamo em que a frelimo pretendia monopolizar o bem público em favor de minoria.

É evidente que a paz em Moçambique pressupõe-se como um simples “slogan” que os atores vão anunciando, porque no concreto nos parece que poucos estão interessados em atingir esse propósito da “paz duradoura”. Ora vejamos, nem a Renamo, nem a Frelimo discutem as condições da liberdade do indivíduo. O que estão a discutir é a sua prerrogativa de determinar os limites do membro desse Estado. É por isso que é visível não existir aqui interpretação da vontade do povo, no anseio de melhorias das condições de vida, isto é, o equilíbrio da renda.

Finalmente, existe o problema do “poder da Frelimo”, talvez o mais trágico de todos e do qual, pelo que parece, esse partido se tornou refém. Sucintamente, o poder da Frelimo é a crença generalizada, na ideia de que tudo quanto acontece, ou não acontece é por vontade desse grupo minoritário. Esse pensamento vem enraizado de longos anos a disciplinar

seus camaradas tendo encontrado terreno fértil para se sustentar na “democracia” interna que consiste não em defender os interesses da população, mas sim a ideia do interesse do partido de beneficiar suas “estruturas”.

A paz em Moçambique, que no fundo tem a ver com uma cultura política extremamente problemática do ponto de vista do poder do Estado sobre os indivíduos, por isso tem de ser redefinida para não lesar os demais. A incapacidade de fazer isso é que torna alguns agressivos na esfera pública e predispostos a procurarem vias expiatórias.

De todo cenário vivido, esse conflito provocou danos materiais avultados de indivíduos que só confiavam nisso para sua sobrevivência e no fim não foram indenizados. Em apenas três meses, segundo um estudo da Associação de Comércio e Indústria de Sofala que preparou o estudo Custo do Conflito no Turismo em Moçambique para aquela instituição, indicam que, os confrontos registrados tiveram uma relação direta com as perdas no setor, mais acentuadas no turismo de lazer do que no turismo de negócios.

No entanto, há uma necessidade de respeitar os acordos assinados com vista a minimizar os conflitos armados, primando na observância do bem público e integrar uma estreita ligação entre as partes, promovendo dialogo participativo das comunidades nacionais e internacionais com uma abertura célere e neutra, isto é, imparcialidade dos envolvidos no debate dos assuntos do país. Assim sendo, deve existir um dever de reconciliação entre os homens, dialogando continuamente e respeito pela vida humana. Não se deve colocar o homem na dianteira pela causas obscuras que não sejam de benefício ao Estado. Os assuntos políticos internos devem ser resolvidos por meio político-democrático e não pelo uso da força, porque se acredita que essa força é da Pátria Amada e não dos políticos, reforçando assim uma paz sustentável.

REFERÊNCIAS

- BALTAZAR, Maria da Saudade. *Pensar a Sociologia dos Conflitos: a Disputa Paradigmática entre a Paz Negativa e/ou a Paz Positiva* Ed. Évora, 2006.
- BONANATE, Luigi. *A Guerra*. Trad. Maria Teresa Buonafina; Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Estação Liberdade. 2001.
- BRITO, Luís de; Carlos Nuno Castel- Branco; Sérgio Chichava Salvador Forquilha; António Francisco. *Desafios para Moçambique*, Ed. IESE – Maputo, 2009
- BRITO, Luís de; Carlos Nuno Castel- Branco; Sérgio Chichava Salvador Forquilha; António Francisco. *Desafios para Moçambique*, Ed. IESE – Maputo, 2010
- BRITO, Luís de; Carlos Nuno Castel- Branco; Sérgio Chichava Salvador Forquilha; António Francisco. *Desafios para Moçambique*, Ed. IESE – Maputo, 2014
- CISTAC, G. Marquez, T. e Chiziane, E. *Contribuições a revisão da legislação eleitoral moçambicana*. Maputo: KAS, CEDE e CEPKA, 2012
- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri, Daniel de Oliveira Cunha. *Missões religiosas e educação nas colônias de povoamento da África Portuguesa*, São Paulo, 2015
- GALTUNG, Johan. *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*, London: Sage.1996
- _____. Guerra de guerrilha. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/dantas-edmundo-a-propaganda-de-guerrilha.pdf>> acesso em: 23 Maio 2015
- GUZMÁN M. Vicent, “Teorias de la Guerra en el Contexto Político de Comienzos del Siglo XXI” in Murillo, I. (ed) Salamanca. 2004
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite, *A Africa na sala de aula: visita à historia contemporânea – 4. Ed. – São Paulo, 2008*
- HOWARD, Michael. *A Invenção da Paz – Reflexões sobre a Guerra e a Ordem Internacional*, Ed. Guimarães, Lisboa. 2004
- _____. Lei n° 13/92, 14 de outubro, *Acordo Geral de Paz de Moçambique*. Maputo, 1992
- MAZRUI, Ali A. *África desde 1935, apud UNESCO, História Geral da África, VIII. 2 ed – São Paulo. 2011*
- SILVA, Lélío Gonçalves Rodrigues da, *Uma Missão de Paz na África*, Editora Exército; 764, Rio de Janeiro, 2005
- _____. mosanblog.files.wordpress.com, 06/08/2015
- _____. indicosenapduart.blogspot.com.br, 06/08/2015

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1 A localização de África no mapa do Mundo

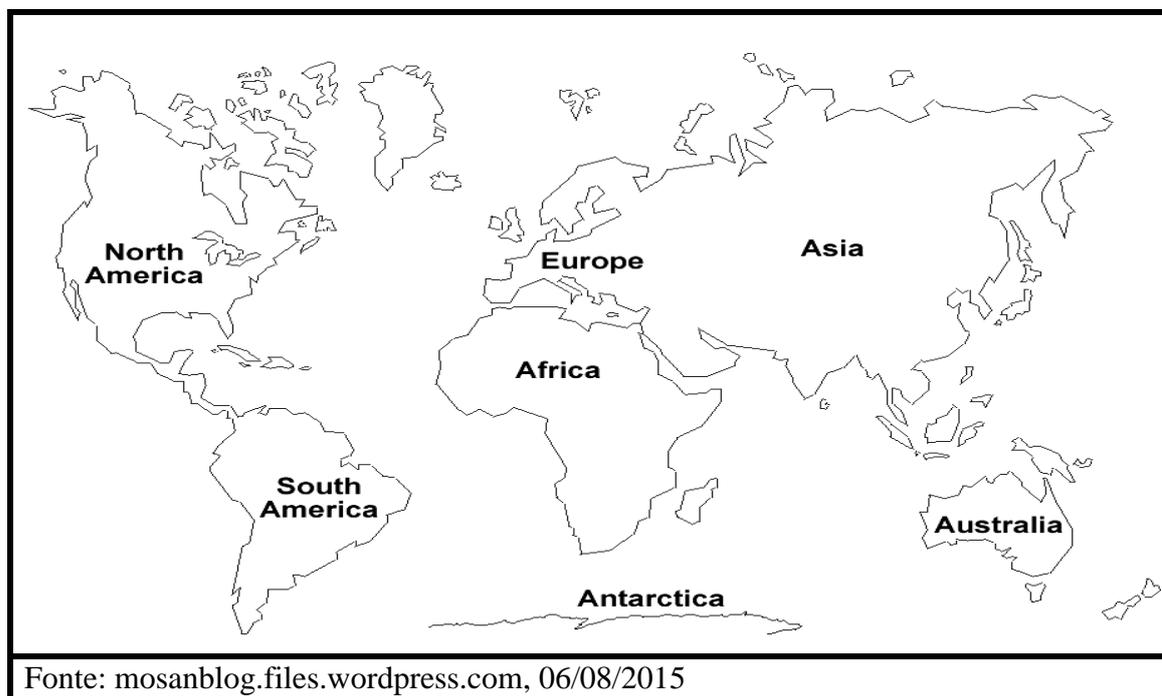


Fig. 2 A localização de Moçambique no Mapa de África

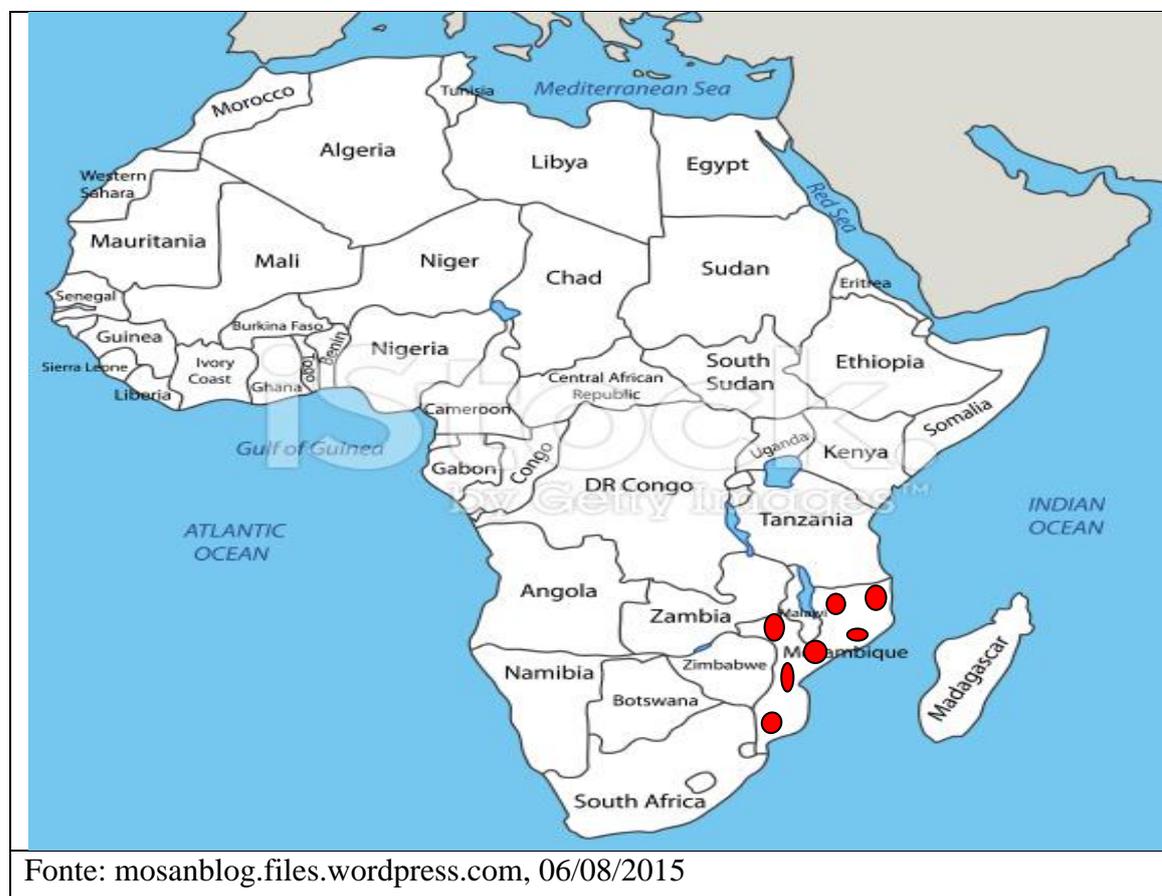


Fig. 4 A localização de Moçambique, zona centro, área de conflito

